J.P.Morgan

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do semestre findo em 30 de junho de 2019, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Desempenho: No semestre a DTVM apresentou um lucro de R\$ 31.661 mil, correspondente a R\$ 633,22 por ação, sendo que no segundo semestre de 2018 apresentou lucro de R\$ 22.747 mil Em 30 de junho de 2019 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 7.712,28 com aumento de 8,94% em relação ao semestre anterior, em razão do pagamento de dividendos ao acionista. São Paulo, 22 de agosto de 2019.

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		561.190	977.789	Circulante	11010	505.140	651.867
Disponibilidades		27	181	Outras obrigações		505.140	651.867
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	554.810	972.340	Fiscais e previdenciárias	6	17.850	19.310
Aplicações no mercado aberto		46.807	18.901	Negociação e intermediação de valores	7	482.978	628.421
Aplicações em depósitos interfinanceiros		508.003	953.439	Diversas	6	4.312	4.136
Outros créditos	6	6.181	5.162				
Rendas a receber		5.632	4.683	Exigível a longo prazo		25.304	24.886
Diversos		549	479	Outras obrigações		25.304	24.886
Outros valores e bens		172	106	Fiscais e previdenciárias	6 e 8	24.793	24.333
Despesas antecipadas		172	106	Diversas	6	511	553
Realizável a longo prazo		354.483	29.642				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	327.384		Patrimônio líquido	10	385.614	331.206
Aplicações em depósitos interfinanceiros		327.384	-	Capital social		274.104	274.104
Outros créditos	6	27.099	29.642	De domiciliados no país		274.104	274.104
Diversos		27.099	29.642	Reservas de capital		2.584	2.584
Permanente		385	528	Reservas de lucros		78.848	26.161
Investimentos		1	1	Lucros acumulados		30.078	28.357
Outros investimentos		1	1				
Imobilizado de uso		384	527				
Outras imobilizações de uso		852	907				
(Depreciações acumuladas)		(468)	(380)				
Total do ativo		916.058	1.007.959	Total do passivo e patrimônio líquido		916.058	1.007.959

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

			Reservas de capital	Reservas de lucros				
		Capital	Subvenção para			Lucros		
	Nota	social	investimento	Legal	Estatutária	acumulados	Total	
Em 31 de dezembro de 2017		274.104	2.584	23.601	152.560		452.849	Va
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	28.357	28.357	A
Distribuição de dividendos	10				(150.000)		(150.000)	Α
Em 30 de junho de 2018		274.104	2.584	23.601	2.560	28.357	331.206	Α
Em 31 de dezembro de 2018		274.104	2.584	26.156	51.109		353.953	lr C a
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	31.661	31.661	Ati
Destinação do lucro líquido:								Α
Reserva legal				1.583		(1.583)		Ca
Em 30 de junho de 2019		274.104	2.584	27.739	51.109	30.078	385.614	At
								Р

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 1. Contexto operacional: A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Distribuidora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 22 de agosto de 2019.
- 2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.
- 3. Principais práticas contábeis
- a) Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência.
- b) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.
- c) Permanente: Representado, principalmente, por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual
- d) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos
- e) Passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Não há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.
- f) Imposto de renda e contribuição social: A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% para o ano corrente. Até dezembro de 2018, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativos fiscais diferidos referem-se aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2019: (i) O crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados e (ii) O crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários a serem realizados para o ano corrente. Em 2018 foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15.
- g) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias.
- h) Unidade de ações restritas: Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC 10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre grant e vesting, assim se o valor do vesting for menor que o valor do grant no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.
- 4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades no montante de R\$ 27 (2018 - R\$ 181), aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 508.003 (2018 - R\$ 644.240) e aplicações no mercado aberto no montante de R\$ 46.807 (2018 - R\$ 18.901)

- 5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de Mobiliários ("Distribuidora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. liquidez referem-se às aplicações com empresas do grupo no valor de R\$ 882.194 (2018 - R\$ 972.340) sendo R\$ 508.003 (2018 - R\$ 644.240) referentes a aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento em julho de 2019, R\$ 327.384 com vencimento em janeiro de 2021 (2018 - R\$ 309.199) e R\$ 46.807 (2018 - R\$ 18.901) referentes a aplicações em operações compromissadas - posição bancada com prazo
 - 6. Outros créditos e outras obrigações: "Outros créditos diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 25.601 (2018 - R\$ 28.087) (Nota 8 (a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 1.788 (2018 - R\$ 1.821) (Nota 9). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", referem-se, principalmente, à provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 17.140 (2018 – R\$ 18.646) e provisões legais relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 24.793 (2018 - R\$ 24.333) (Nota 8). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicáveis, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações diversas" referem-se, principalmente, à provisão para pagamentos relacionados à despesa de pessoal no valor de R\$ 1.466 (2018 – R\$ 1.527), despesas administrativas no valor de R\$ 1.889 (2018 - R\$ 1.709) e valores a pagar a sociedades ligadas no valor de R\$ 952 (2018 - R\$ 944).
 - 7. Negociação e intermediação de valores: Referem-se, no passivo, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 482.978 (2018 - R\$ 628.421), em decorrência do serviço de custódia prestado pela Instituição
 - 8. Passivos contingentes e obrigações legais: A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (iii) cobranca de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante está integralmente provisionado. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variaci estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos	Judiciais		Provisões	
	2019	2018	2019	2018	
Fiscais e previdenciárias	25.601	28.087	24.793	24.333	
Total	25.601	28.087	24.793	24.333	

(b) Movimentação dos saldos patrinionais		
	Fiscais Previdenciária	
	Obrigaçõ	es Legais
	2019	2018
Saldo inicial	24.461	23.988
Despesas financeiras - juros	332	345
Saldo final	24.793	24.333

9. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são

	2019	2018
Contingências fiscais	749	809
Provisão de honorários advocatícios	728	675
Provisão para pagamentos a funcionários	236	231
Unidades de Ações Restritas - RSU	-	27
Outros	75	79
Total de créditos tributários - ativo	1.788	1.821

No semestre foi constituído crédito tributário de R\$ 166 (2018 - R\$ 164), tendo sido realizado R\$ 272 (2018 - R\$ 346) sobre diferenças temporárias. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 1.788 é estimada em 15% no 1º ano, 2% nos 2º e 3º anos. 4% nos 4º e 5º anos. 9% nos 6º e 7º anos. 17% nos 8º e 9º anos e 21% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 1.140 (2018 - R\$ 942). A Distribuidora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 30 de junho de 2019 e 2018. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado

	2019	2010
Resultado antes do IRPJ e CSLL	52.732	51.508
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(21.093)	(23.178)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(18)	(2)
Efeito CSLL 5%	-	(10)
Outros	40	39
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	22	27
Total da despesa de IRPJ e CSLL	(21.071)	(23.151)

10. Patrimônio líquido: O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto assegura um dividendo mínimo anual de 3% do capital realizado ou de 6.25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, dos dois o que resultar em menor montante, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. A Reserva de lucros - Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros - Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do semestre, antes de qualquer distribuição, até o limite de 20% do capital social. A Reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovado o pagamento de dividendos ao acionista no montante de R\$ 150.000, mediante a utilização de parcela correspondente à conta de Reserva de lucros - Estatutária.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

noudo do	outra ronna)	
Nota	2019	2018
	35.776	38.662
	35.776	38.662
	35.776	38.662
	16.956	12.846
13a	32.624	28.865
	(4.211)	(3.809)
13b	(10.067)	(9.842)
	(3.355)	(3.351)
13c	2.488	1.356
13d	(523)	(373)
	52.732	51.508
	52.732	51.508
9	(21.071)	(23.151)
	(13.088)	(12.743)
	(7.877)	(10.226)
	(106)	(182)
	31.661	28.357
10	50.000	50.000
	633,22	567,14
IVA EN4.	O DE ILINIIO	
	13a 13b 13c 13d 9	35.776 35.776 35.776 35.776 16.956 13a 32.624 (4.211) 13b (10.067) (3.355) 13c 2.488 13d (523) 52.732 52.732 (21.071) (13.088) (7.877) (106) 31.661 50.000

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO

	2019	2018
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	31.757	28.504
Lucro líquido do semestre	31.661	28.357
Ajuste ao lucro líquido:	96	147
Ativo fiscal diferido	106	182
Atualização de depósitos judiciais	(386)	(426)
Provisões para contingências	332	345
Depreciações	44	46
Variação de ativos e obrigações	(328.703)	(219.365)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(327.384)	(309.199)
Redução em outros créditos	2.610	3.155
Aumento em outros valores e bens	(27)	(48)
Aumento em outras obrigações	33.238	125.416
Imposto de renda e contribuição social pagos	(37.140)	(38.689)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(296.946)	(190.861)
Atividades de investimento		
Alienação/(Aquisição) de outras imobilizações de uso	51	(55)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades		
de investimento	51	(55)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	-	(150.000)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-	(150.000)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(296.895)	(340.916)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	851.732	1.004.238
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	554.837	663.322
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(296.895)	(340.916)

11. Benefícios

(a) Fundo de pensão: A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais, sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. No semestre a Distribuidora registrou despesa de R\$ 122 (2018 - R\$ 110) relacionada a contribuições para o Fundo.

(b) Unidades de ações restritas: Os funcionários elegíveis da Distribuidora participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (vesting period), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações

A mensuração das RSUs é baseada no número de acões da matriz (listadas na Bolsa de Nova lorgue - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	Quantidade de ações	Valor em milhares de dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2019	187	11
Ações entregues no semestre (vested)	(187)	(11)
Ações em circulação em 30/06/2019		
		2018
	Quantidade	Valor em milhares
	de ações	de dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2018	668	38
Ações entregues no semestre (vested)	(481)	(27)
Ações em circulação em 30/06/2018	187	11

O valor da obrigação de repagamento registrada no passivo em 30 de junho de 2019. incluindo encargos sociais, é de R\$ 41 (2018 - R\$ 171). Em virtude desse programa a despesa registrada no semestre é de R\$ 2 (2018 - R\$ 3), incluindo os encargos sociais.

12. Transações com partes relacionadas - (Grupo J.P. Morgan): As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. A Distribuidora é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora

do Grupo Financeiro JP Morgan. As demais entidades são empresas coligadas.						
		2019		2018		
	Ativos/	Receitas/	Ativos/	Receitas/		
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)		
Disponibilidades	27	-	181	-		
Banco J.P. Morgan S.A	27	-	181	-		
Aplicações em operações						
compromissadas	46.807	3.252	18.901	742		
Banco J.P. Morgan S.A	46.807	3.252	18.901	742		
Aplicações em depósitos						
interfinanceiros	835.387	32.524	953.439	37.920		
Banco J.P. Morgan S.A	835.387	32.524	953.439	37.920		
Negociação e intermediação						
de valores	(482.965)	-	(628.421)	-		
JPMorgan Chase Bank, N.A.						
- London Branch	(445.080)	-	(628.409)	-		
J.P. Morgan Bank Luxembourg S.A.	(37.885)	-	-	-		
JP Morgan Overseas Capital LLC	-	-	(12)	-		
Despesas administrativas	(952)	(5.610)	(944)	(5.086)		
Banco J.P. Morgan S.A	(952)	(5.610)	(944)	(5.086)		
Despesas de pessoal	(41)	-	(146)	-		
JPMorgan Chase & CO	(41)	-	(146)	-		
Rendas de prestação						
de serviços	5.632	32.624	4.683	28.865		
JPMorgan Chase Bank, N.A.						
- London Branch	5.536	31.827	4.609	28.453		
JP Morgan Overseas Capital LLC	96	797	74	412		
Para fins de cumprimento da Resolução 4.636 do CMN a Distribuidora verificou que não						

houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração

13. Outras informações

referem-se a receitas de serviço de custódia.

Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3

a ausência de risco.

- (a) "Receitas de prestação de serviços", no valor de R\$ 32.624 (2018 R\$ 28.865).
- (b) "Despesas administrativas" referem-se, principalmente, a despesas de serviços financeiros no valor de R\$ 8.052 (2018 - R\$ 7.501), despesas de serviços técnicos especializados no valor R\$ 1.419 (2018 - R\$ 1.327), e despesas de aluguel no valor de R\$ 157 (2018 - R\$ 556)
- (c) "Outras receitas operacionais" referem-se, principalmente, à atualização monetária sobre "Outros créditos - diversos" no valor de R\$ 386 (2018 - R\$ 426), receita com levantamento de depósito judicial no valor de R\$ 691 e reversão de provisões operacionais no valor R\$ 777. Em 2018, houve devolução de valores pagos a maior no valor de R\$ 930. (d) "Outras despesas operacionais" referem-se, principalmente, à atualização monetária
- e constituições de "Outras obrigações fiscais, previdenciárias" no valor de R\$ 332 (2018 – R\$ 345). (e) Em 30 de junho de 2019, os ativos em custódia totalizavam R\$ 334.179.459
- (2018 R\$ 262.318.379) (f) Em 30 de junho de 2019 e 2018, a Distribuidora não possuía operações com
- instrumentos financeiros derivativos em aberto.

J.P.Morgan

J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

C.N.P.J. n° 33.851.205/0001-30

...continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanco patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião -Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planeiamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é major do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de

burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planeiado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo. 23 de agosto de 2019



PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti Contador CRC 1SP172940/O-6